

PERCEPÇÃO DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS QUANTO AO USO DA CONTABILIDADE PARA FINS DECISÓRIOS

Meir Carmi Souza de Oliveira¹
Gleison de Abreu Pontes²

RESUMO

No Brasil, as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) têm constituído o segmento com maior concentração de empreendimentos, contribuindo significativamente para a geração de empregos e renda no País. No entanto, a falta de gestão tem colaborado para o encerramento de grande parte dessas empresas e o processo de gestão perpassa, necessariamente o fornecimento de informações contábeis. Nesse sentido, este estudo pretende analisar a percepção de micro e pequenos empresários da região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, em relação ao uso da Contabilidade para fins decisórios. Para a realização desta pesquisa, aplicou-se um questionário composto por dezesseis perguntas relacionadas com o perfil dos respondentes e a sua percepção quanto ao uso da Contabilidade para fins decisórios, com 40 micro e pequenos empresários. Os resultados desta pesquisa indicaram que a significativa maioria dos empresários entrevistados não utiliza a Contabilidade para fins decisórios, não obstante reconheçam a sua importância, o que mostra a necessidade de maior empenho por parte dos contadores para esse fim.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Informação Contábil; Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT:

In Brazil, Micro and Small Business (SMB) have been the segment with the highest concentration of enterprises, contributing significantly to the generation of jobs and incomes in the Country. However, problems in management have contributed to the closure of many these companies, because management process necessarily involves the provision of accounting information. In this sense, this study intends to analyze the perception of Micro and Small Entrepreneurs of the region of Alto Paranaíba, in Minas Gerais, in relation to the use of Accounting for decision making purposes. In order to carry out this research, a questionnaire composed of sixteen questions related to the profile of the respondents and their perception regarding the use of Accounting for decision making purposes was applied, with 40 micro and small entrepreneurs. The results of this study indicate that most of of the interviewed entrepreneurs do not use Accounting for decision making purposes, despite they agree to its importance. This fact indicates the need of deeper commitment from the accountants to this purpose.

Keywords: Management Accounting; Accounting Information; Micro and Small Business.

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mário Palmério – FUCAMP.

✉ meirconceitocontabilidade@hotmail.com

² Professor orientador. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

✉ gleison.orientador@gmail.com.

.1 Introdução

O segmento de maior concentração de empreendimentos no Brasil nos últimos anos tem sido o das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), que contribuem significativamente para a geração de emprego e renda no País, conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014). Entretanto, a falta de planejamento e a ausência de gestão têm provocado a mortalidade de um grande número de MPEs, precisamente 45,8% das empresas que iniciaram suas atividades em 2008, enquanto em 2015, esse número quadruplicou quando comparado ao mesmo período de 2014, totalizando 581.040 MPEs que encerraram suas atividades no Brasil (FABRES; SILVA; CAVALCANTI, 2016).

De acordo com o SEBRAE (2014), grande parte dessas empresas tem sua origem na economia familiar ou em indivíduos que resolvem empreender conforme suas habilidades técnicas. Geralmente, esses empreendedores se tornam os administradores dos seus negócios, encontrando inúmeras dificuldades como a competitividade, formas de definir o custo de mercadorias e serviços, relações com o fisco, entre outras questões relacionadas à Contabilidade Gerencial que passam despercebidas, uma vez que a maioria desses empresários, apesar de possuírem conhecimento técnico sobre suas atividades, não foram preparados para gerir de forma eficaz seus próprios negócios (MIRANDA *et al.*, 2008).

Miranda *et al.* (2008) analisaram a demanda por serviços contábeis pelos gestores de MPEs. A pesquisa revelou que parte significativa dos micro e pequenos empresários ainda percebe os contadores apenas como provedores de serviços relacionados ao recolhimento dos impostos e dos encargos sociais, revelando ainda que os empresários estejam dispostos a pagar mais por informações que contribuam para melhorar o gerenciamento e a avaliação do desempenho de seus negócios. Vicenti *et al.* (2012), com o objetivo de mostrar a importância da utilização da Contabilidade pelas MPEs, constataram que a utilização da Contabilidade para auxílio dos gestores é de fundamental importância para o sucesso de novos empreendimentos, considerando que ela proporciona conhecimento básico e segurança para a tomada de decisão.

Diante de uma economia mutável e com significativo aumento da competitividade entre as empresas brasileiras, é imprescindível que os gestores das MPEs passem a adotar técnicas de gestão e façam uso da Contabilidade para planejar seus negócios e tomar decisões. Considerando que grande parte das MPEs encerram suas atividades antes dos cinco anos de existência, sendo uma das causas, falta do uso da contabilidade gerencial, coloca-se a

pergunta de pesquisa: qual a percepção de micro e pequenos empresários quanto ao uso da Contabilidade para fins decisórios?

Face ao exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a percepção de micro e pequenos empresários da região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, em relação ao uso da Contabilidade para fins decisórios. Para tal, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: (i) descrever as características dos micro e pequenos empresários selecionados para a pesquisa; (ii) identificar como a Contabilidade é usada pelos micro e pequenos empresários; e (iii) identificar a percepção dos micro e pequenos empresários quanto às informações geradas pela Contabilidade Gerencial.

Alguns estudos anteriores foram identificados na literatura sobre essa temática (OLEIRO *et al.*, 2007; STROEHER; FREITAS, 2008; ECKERT *et al.*, 2015), no entanto, esses estudos não enfocaram empresários da região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, além disso, os resultados dessas pesquisas não são conclusivos, uma vez que, em algumas localidades brasileiras, os micro e pequenos empresários investigados atribuíram relevância à Contabilidade Gerencial, evidências que não se repetiram em outras regiões.

Como contribuições, espera-se que o presente estudo demonstre a atual visão desses empresários sobre o uso da Contabilidade para fins decisórios e apresente caminhos para que a Contabilidade seja empregada como ferramenta de apoio ao planejamento e à tomada de decisões, fato que pode colaborar para a longevidade dessas organizações. Ademais, este estudo pode ser útil para estudantes de Contabilidade e Contadores que prestam serviços para MPEs, uma vez que fornece elementos que evidenciam a utilidade da Ciência Contábil, que não se limita a um mero instrumento auxiliar de recolhimento de impostos.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, na segunda seção apresenta-se o referencial teórico, com os conceitos utilizados na análise dos resultados. Na terceira seção, são apresentados os aspectos metodológicos empregados na pesquisa. Na quarta, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos à luz do referencial teórico e, na última seção, são tecidas as considerações finais do presente estudo.

2 Contexto das MPEs no Brasil

Quando se pensa em atividades profissionais ou os chamados negócios, as pessoas imediatamente são remetidas à ideia de empresa. Segundo Fabretti (2003), empresa é a unidade econômica organizada que combina capital e trabalho; produz ou faz circular bens e

serviços com a finalidade do lucro; possui personalidade jurídica pela inscrição nos órgãos de registro próprio, o que lhe dá capacidade jurídica para assumir direitos e obrigações; e, possui sede, isto é, tem um domicílio, local onde exercerá seus direitos e responderá por suas obrigações.

As MPEs seguem os mesmos princípios das grandes corporações, entretanto, a Lei Complementar 123/2006 define as MPEs de acordo com o seu faturamento, em que as Microempresas são as sociedades empresárias, sociedades simples, empresas individuais de responsabilidade limitada e o empresário individual que, em cada ano-calendário, obtenham um faturamento máximo de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e, ainda, que apresentem um determinado número de empregados, sendo dezenove na indústria e até nove no comércio e serviços) (FABRES; SILVA; CAVALCANTI, 2016).

Devido à sua quantidade (6,4 milhões espalhadas por todo o Brasil), constituem-se como a principal fonte empregadora no País, representando cerca de 52% dos empregos formais existentes, algo em torno de dezesseis milhões de empregos com carteira assinada (SEBRAE, 2014). Segundo a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (2015), as microempresas, empresas de pequeno porte e ainda os microempreendedores individuais, contribuem com parcela considerável da geração de emprego e renda em todo o País. No âmbito local, essas empresas desempenham um papel ainda mais relevante, pois movimentam a economia das cidades e colaboram para a arrecadação de tributos a serem revertidos em serviços e investimentos de interesse da população (CUNHA *et al.*, 2014).

Em relação aos procedimentos técnicos contábeis societários aplicáveis às MPEs, eles são definidos pela Resolução CFC nº 1.255/09 em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (CFC, 2009). Na Resolução supracitada, as MPEs são empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas³ e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para os usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito (CFC, 2009).

Observa-se que a legislação relativa às MPEs prevê o uso da informação contábil para fins gerais e não gerenciais. Segundo Oleiro, Dameda e Victor (2007):

³ Uma empresa tem obrigação pública de prestação de contas se: seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais); ou possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos e bancos de investimento (CFC, 2009, SEÇÃO 1, ART. 1.3).

A legislação fiscal desobriga as Micro e Pequenas Empresas – MPEs a manterem escrituração contábil, buscando simplificar a burocracia interna, na ótica da redução dos encargos financeiros. Esse benefício fiscal confunde-se com os controles necessários para a manutenção das atividades lucrativas. As MPEs entendem que não precisam prestar contas ao fisco de forma específica. Assim, os gestores acabam por perder o controle sobre os gastos, gerando em alguns casos, oportunismo para o uso alternado da pessoa física (proprietário/sócio) ou a pessoa jurídica (entidade) (OLEIRO; DAMEDA; VICTOR, 2007, p. 39).

Nesse contexto, percebe-se que a gestão nas MPEs é deixada de lado e isso faz com que a utilização da informação contábil para o gerenciamento dos processos e atividades seja raramente utilizada (VAZ; ESPEJO, 2015). No entanto, a Resolução CFC nº 1.255/09, Seção 2, cita que as demonstrações para fins gerais devem apresentar a posição financeira (balanço patrimonial); o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, relatórios essenciais para a tomada de decisão dos gestores.

As MPEs são recordistas no encerramento de atividades, segundo dados do SEBRAE de 2014, pois, a cada cinco empresas abertas, quatro encerram suas atividades antes de completar cinco anos de existência, destacando-se a falta de planejamento e de controle por parte de seus gestores. Bonacim, Cunha e Corrêa (2009) concluíram que o fechamento precoce das empresas ocorre devido a um conjunto de fatores associados, sendo os principais a falta de planejamento prévio, a escassez de linhas de crédito, a baixa demanda por seus produtos e serviços e a elevada carga tributária no Brasil.

Diante dos vários fatores que contribuem para o insucesso de grande parte das MPEs, há um consenso que aponta a falta de gestão como uma das principais causas desse fracasso (FABRES; SILVA; CAVALCANTI, 2016). Isso se deve ao fato de os gestores desconhecerem as informações básicas de seus empreendimentos como lucro, rentabilidade, liquidez, formação do custo de seus serviços e produtos, o que resulta em bases inconsistentes para formação do preço de venda (OLEIRO; DAMEDA; VICTOR, 2007). Dessa forma, a utilização da informação contábil torna-se imprescindível, visto que ela permite ao empreendedor visualizar e saber quais fatores podem comprometer o sucesso de sua empresa e, a partir daí, realizar ações prévias que possam evitar danos futuros ao negócio.

2.1 Contabilidade para fins decisórios

Para Eckert *et al.* (2015), o empresário se depara constantemente com a necessidade de tomar decisões, para tal, ele necessita de informações precisas sobre aspectos gerenciais,

econômicos e financeiros. Assim, a Contabilidade é a ciência que proporciona a esse empresário as informações necessárias para que ele minimize as possibilidades de tomar decisões que possam comprometer o bom funcionamento de sua empresa, pois, segundo Marion (2012, p. 26), a “Contabilidade é a linguagem dos negócios”.

Ching (2006) considera que para desenvolver seus negócios de maneira efetiva, os empresários necessitam, o tempo todo, de informações a respeito do montante de recursos envolvidos e utilizados, não existindo possibilidade de uma empresa funcionar sem um sistema de informação eficaz que possa emitir dados que, a qualquer hora, possam ser consultados, tendo em vista a continuidade dos negócios. Nesse sentido, a Contabilidade Gerencial constitui-se como um recurso que irá suprir os micro e pequenos empresários dessas informações.

Iudícibus (2010) afirma que a Contabilidade Gerencial deve ser compreendida pelo enfoque nas técnicas de procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na Contabilidade Financeira, de Custos e na análise financeira e de balanços, colocadas em uma perspectiva diferente, com um grau de detalhamento mais analítico, de forma a auxiliar os gestores no processo decisório. A Contabilidade Gerencial analisada mais profundamente está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, suprimindo-a de informações que irão possibilitar a tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2010).

A Contabilidade Gerencial é um recurso indispensável para a gestão de empresas de qualquer porte, sendo muito comum os micro e pequenos empresários pensarem, erroneamente que, devido ao tamanho e volume de seus negócios, não existe a necessidade de se usar a Contabilidade Gerencial. Ademais, esses empresários costumam ver o contador apenas como o profissional que cuida das obrigações legais e burocráticas de suas empresas e não como o profissional que oferece suporte à administração (ECKERT *et al.*, 2015).

Para Ching (2006), ao assessorar os micro e pequenos empresários, o contador deve estar atento quanto ao capital de giro⁴ líquido que corresponde ao ativo circulante menos o passivo circulante. Fora isso, deve-se desenvolver uma programação do orçamento de custos, despesas, impostos e demais compromissos a serem honrados no final de cada mês, bem como o planejamento de doze meses do fluxo de caixa (NERY; CARRARO, 2015).

Dessa forma, é imprescindível que o planejamento financeiro seja bem elaborado para que o gestor tenha controle das entradas e saídas de recursos de sua empresa, ou seja, deve

⁴ O capital de giro é o ativo circulante ou ativo corrente composto pelas disponibilidades financeiras (contas a receber e estoques) que aparece no balanço patrimonial da empresa, ou seja, são os recursos de curto prazo que estão disponibilizados para movimentação do ciclo financeiro da empresa (GARCIA, 2008).

haver uma relação recíproca entre os pagamentos e recebimentos. Nery e Carraro (2015) consideram que a assessoria contábil deve fornecer informações sobre o período médio de cobrança e de recebimento, para que o gestor tenha condições de avaliar suas entradas e saídas de caixa. O planejamento do fluxo de caixa, seguindo as tendências internacionais, constitui-se, basicamente em Atividades Operacionais, Atividades de Investimento e Atividades de Financiamento. Essa estrutura colabora, inclusive, para a elaboração do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados do exercício.

Garcia e Scaramelli (2008) afirmam que o desequilíbrio de caixa, provocado pela falta de planejamento financeiro, compromete o capital de giro na maioria das MPEs. Tal fato corrobora dados do SEBRAE de 2014, pois um dos principais motivos que levam ao fechamento das MPEs consiste na falta de capital de giro que, normalmente, decorre da falta de planejamento para regular o fluxo de entradas e saídas de recursos.

Segundo Oliveira (2004), a informação constitui-se como um ingrediente de suporte ao processo decisório, sendo o ato de administrar, em essência, a tomada de decisão, uma vez que dela derivam todas as demais ações. Assim, a informação é imprescindível, pois serve como fonte de orientação na escolha dos diversos caminhos possíveis a serem seguidos pela empresa.

2.2 Resultados de estudos anteriores

Stroeher e Freitas (2008), procurando identificar as características das informações contábeis e sua utilização para tomada de decisão em pequenas empresas, a partir das opiniões de contadores e proprietários de pequenas empresas, apontaram divergências nas visões de que tipos de informações são ou não úteis para os gestores. No entanto, os autores concluíram que os empresários vinculam a Contabilidade ao excesso de fiscalização e à arrecadação de impostos. Isso decorre do fato de que muitos contadores, especialmente aqueles que têm escritórios de Contabilidade e prestam serviços para pequenas empresas, especializam-se em aspectos fiscais, fornecendo aos seus clientes apenas informações relativas a essa área, ficando as demais informações contábeis exclusivas para instituições financeiras e/ou órgãos do Governo.

Oleiro *et al.* (2007), buscando identificar a frequência de utilização das informações disponibilizadas pela Contabilidade na gestão de micro e pequenas empresas e a respectiva importância dessas informações na tomada de decisão, evidenciaram que a maioria das

empresas integrantes do Programa de Extensão Empresarial do Núcleo de Extensão Empresarial da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, não utilizavam as informações contábeis no gerenciamento de suas atividades.

Por outro lado, Nery e Carraro (2015), procurando identificar a importância da Contabilidade Gerencial para as MPEs e, ainda, tendo como objetivo verificar de que maneira os micro e pequenos empresários atendidos por um escritório contábil da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS percebem a importância da Contabilidade como ferramenta gerencial, evidenciaram que esses empresários, percebem a importância da Contabilidade, bem como se interessam por informações gerenciais disponíveis nas demonstrações contábeis.

Eckert *et al.* (2015), a partir de informações coletadas sobre as funções de um escritório contábil, constataram que apurar impostos, gerar guias de recolhimento, fazer a escrituração fiscal e a contábil, foram os aspectos considerados mais importantes pelos respondentes. Já a função de auxiliar na tomada de decisões por meio do fornecimento de relatórios compreensíveis se mostrou importante em segundo plano na sua pesquisa. Desse modo, as funções gerenciais não devem ser desconsideradas pelos escritórios contábeis.

Vaz e Espejo (2015) desenvolveram um estudo sobre a teoria comunicacional de Bakhtin⁵ à Contabilidade Gerencial, com o intuito de reduzir os possíveis motivos de sua pouca utilização pelas micro e pequenas empresas. Para tanto, os autores propuseram um modelo teórico de análise e uma investigação inicial com um contador e cinco de seus clientes de microempresas. Os resultados desse estudo indicaram que é possível reduzir os ruídos da comunicação entre contadores e empresários por meio das seguintes ações: disponibilidade do contador em esclarecer dúvidas; usar linguagem clara e simples; reduzir o uso de jargões técnicos; promover cursos de gestão; fazer uma Contabilidade mais próxima da realidade administrativa; desvincular a imagem exclusiva da Contabilidade para fins fiscais; etc.

⁵ Na elaboração do enunciado, o locutor busca determinar a resposta do outro, antecipando possíveis reações, levando em conta o “fundo aperceptivo” (BAKHTIN, 1997, p. 321) sobre o qual a mensagem será recebida, ou seja, “o grau de informação que ele [o destinatário] tem da situação, seus conhecimentos especializados na área de determinada comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos (...)” (BAKHTIN, 1997, p. 321). Bakhtin finaliza seu modelo afirmando que “é sob uma maior ou menor influência do destinatário e da sua presumida resposta que o locutor seleciona todos os recursos linguísticos de que necessita” (BAKHTIN, 1997, p. 326), ressaltando a presença do interlocutor na formação do enunciado. É considerando tal resposta que a Contabilidade Gerencial encontra seu papel, pois sua relação com o usuário da informação é um dos elementos que possibilitam a diferenciação entre os ramos da Ciência Contábil. Para Frezatti et al (2007), as informações produzidas pela Contabilidade Gerencial destinam-se, de modo genérico e abrangente, aos usuários internos. Esta vinculação direta com os responsáveis pelo processo decisório proporciona uma característica de informação mais detalhada, incluindo identificação, preparação, mensuração, análise, interpretação e comunicação dos dados obtidos. O alcance dos objetivos organizacionais é facilitado, pois a informação está intimamente ligada às necessidades dos gestores e à divulgação de dados úteis para os fins desejados (VAZ; ESPEJO, 2015, p.34).

Na próxima seção, os aspectos metodológicos empregados na presente pesquisa são demonstrados.

3 Aspectos metodológicos

Esta pesquisa, do ponto de vista de sua natureza, pode ser classificada, segundo Marconi e Lakatos (2009) como básica, uma vez que trata de saber se os micro e pequenos empresários da cidade de Monte Carmelo fazem uso da Contabilidade para auxiliar suas decisões na gestão de seus negócios, ou se, na visão desses empresários, a Contabilidade se apresenta apenas como auxílio para o recolhimento de impostos.

Do ponto de vista da forma de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois, apesar de as informações obtidas por meio da aplicação de um questionário serem traduzidas em números, não foram empregadas técnicas estatísticas nesta análise, conforme explicam Marconi e Lakatos (2009).

Sob o ponto de vista dos objetivos, a presente pesquisa classifica-se, de acordo com Gil (2008), como descritiva, pois, visa a descrever as características dos micro e pequenos empresários da cidade de Monte Carmelo/MG, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, neste caso, o questionário.

A técnica de amostragem utilizada foi a não probabilística, pois, segundo Marconi e Lakatos (2009), essa técnica é utilizada quando a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo. Nesse sentido, 40 MPEs da região do Alto Paranaíba, interior de Minas Gerais, que fazem parte de uma carteira de clientes de um Escritório de Contabilidade, situado na cidade de Monte Carmelo/MG, compuseram a amostra desta pesquisa.

Os critérios utilizados para a seleção dessas empresas foram o seu tempo de abertura (um a cinco anos de existência) e faturamento anual inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). Esses critérios foram respaldados em dados do SEBRAE de 2013, com relação ao período que as MPEs permanecem em atividade no Brasil e na classificação de Microempresas trazida pela Lei Complementar 123/2006. Tendo em vista esses critérios, selecionaram-se os empresários de organizações situadas na Região do Triângulo Mineiro que apresentaram disponibilidade, após contato dos pesquisadores, totalizando assim, 40 respondentes.

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi a aplicação de um questionário, composto por dezesseis perguntas, relacionadas com o perfil dos respondentes e a sua percepção quanto ao uso da Contabilidade para fins decisórios (APÊNDICE A). Destaca-se que partes das perguntas utilizadas no questionário foram extraídas e adotadas das pesquisas realizadas por Stroehler e Freitas (2008), sobre o uso das informações contábeis na tomada de decisão de pequenas empresas; Miranda *et al.* (2008), sobre a demanda por serviços contábeis; e, Eckert *et al.* (2015), sobre a percepção dos micro e pequenos empresários relativa à utilização dos serviços de um escritório contábil.

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a abril de 2017, conforme a disponibilidade dos respondentes. Antes da aplicação dos questionários, a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Carmelitana Mário Palmério, a fim de validar o Projeto de Pesquisa e o instrumento de coleta de dados. Após aprovado, foi entregue aos respondentes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foi apresentado o projeto de pesquisa, bem como objetivos, justificativas, pesquisadores e instituição responsáveis, finalidades de utilização, compromisso de sigilo, entre outros. Destaca-se que, por meio desse termo, os respondentes poderiam escolher participar ou não da pesquisa.

Ressalta-se que foi empregada somente a frequência relativa na análise dos dados coletados, para que, na sequência, tais números fossem discutidos à luz do referencial teórico utilizado nesta pesquisa, conforme são demonstrados na próxima seção.

4 Resultados e discussões

Esta seção apresenta e discute os dados obtidos com a aplicação do questionário, aos 40 micro e pequenos empresários selecionados para esta pesquisa. O primeiro grupo de questões esteve relacionado à descrição dos respondentes e das empresas investigadas, identificando características como gênero, idade, tipo de empresa, tipo de atividade, tempo de abertura da empresa, faturamento anual e retirada de pró-labore conforme gráfico 1.

O Gráfico 1 apresenta a caracterização dos respondentes e de suas respectivas empresas. Quanto ao gênero, é possível observar que 70% dos entrevistados são homens, assim, pode-se inferir que a realidade dos empresários da pesquisa corrobora os dados do SEBRAE(2014), que relataram maior quantidade de empresários homens na comparação com o número de mulheres (dados sebrae-homens: 17 milhões; mulheres: 7,9 milhões).

Quanto à faixa etária, a pesquisa demonstrou que, 70% dos empresários têm acima de 40 anos, seguidos pela faixa de 31 a 40 anos (22,5%). Esses dados estão em consonância com o SEBRAE (2016), uma vez que, os donos de negócios acima de 30 anos, aumentou 30% em 2014 com relação a 2001, impulsionado pela faixa etária de 50 a 59 anos.

Os dados da pesquisa demonstram que 60% dos respondentes são microempresários e 20% microempresários individuais. Esses dados fazem correspondência aos parâmetros nacionais, visto que o número de micro e pequenas empresas no Brasil dobrou em 2014 na comparação com 2007, segundo matéria publicada pelo O Globo no ano de 2014.

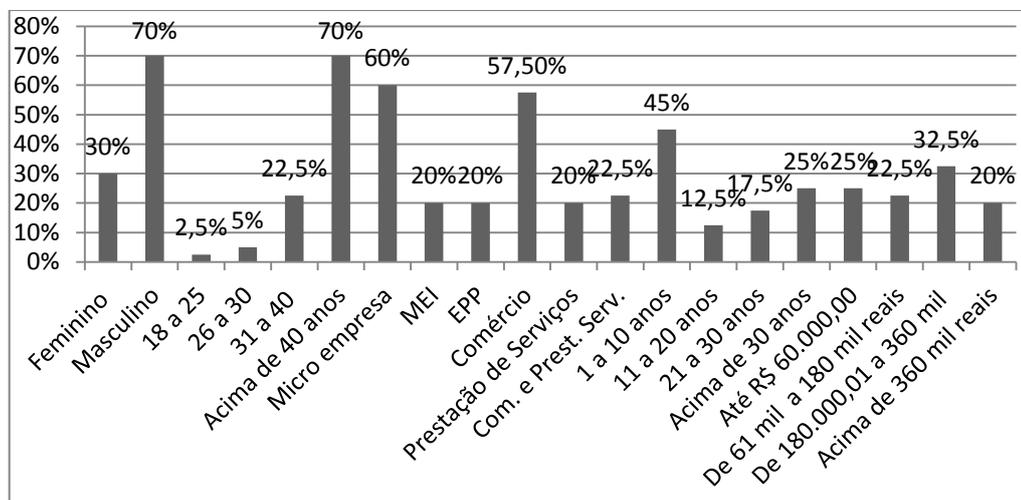


Gráfico 1 Caracterização dos respondentes e empresas

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Em se tratando do ramo de atividade, destaca-se que 57,5% das empresas pesquisadas são do ramo comercial. Segundo dados do SEBRAE de 2014, as MPEs do ramo comercial respondem por aproximadamente 41,2% do PIB, seguido do ramo industrial (22,5%) e a prestação de serviços com 36,3%.

No que refere ao tempo de existência, 45% das MPEs amostradas estão na faixa de um a dez anos de existência, seguido de 12,5% entre onze e vinte anos; 17,5% entre 21 e 30 anos; e, 25% acima de 30 anos. Segundo matéria publicada em 2012 no Portal Brasil, 58% das MPEs fecharam suas portas em 2010, antes de completarem cinco anos. Dessa forma, pode-se inferir que 55% dos empresários pesquisados apresentam menor risco de fechamento.

Sobre o faturamento, houve predominância das MPEs na faixa de R\$180.000,01 (cento e oitenta mil e um centavo) a R\$360.000,00 (32,5%), seguido pelas empresas com

faturamento até R\$60.000 (25%); 22,5% na faixa de R\$61.000,00 até R\$180.000,00; e, 20% acima de R\$360.000,00. Essa diversidade possibilita inferir sobre a ocorrência de realidades empresariais distintas no contexto investigado.

No gráfico 2, são demonstrados os resultados do segundo grupo de questões relacionados à percepção dos empresários quanto ao uso da Contabilidade para fins decisórios e, tem-se a apresentação dos resultados relativos à utilização do controle interno pelos empresários pesquisados:

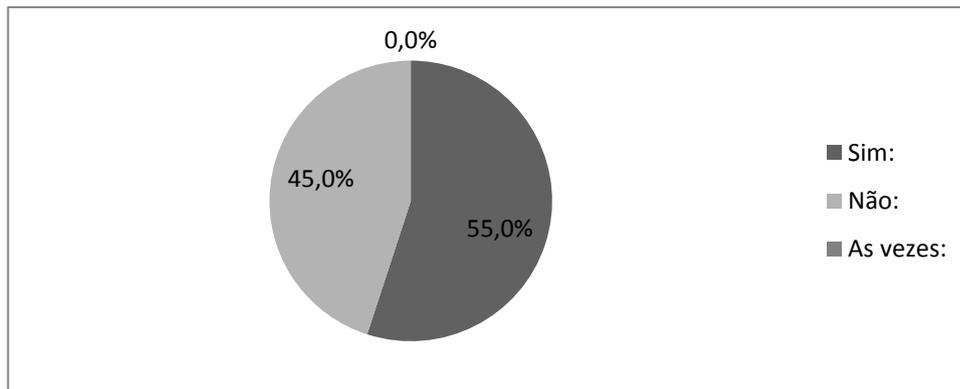


Gráfico 2 – Respostas à utilização do controle interno

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Com base nos resultados do Gráfico 2, nota-se que 45% dos empresários disseram não utilizar o controle interno e, 55% disseram utilizar o controle interno. Para Sá (2010), a utilização de controle interno tende a aumentar com o crescimento da empresa. Desta forma, os dados da pesquisa condizem com a literatura, pois grande parte dos empresários entrevistados são gestores de microempresas.

Os entrevistados que disseram utilizar o controle interno (55%) foram questionados sobre o que esperam ao utilizá-lo. No Gráfico 3 esses resultados são demonstrados:

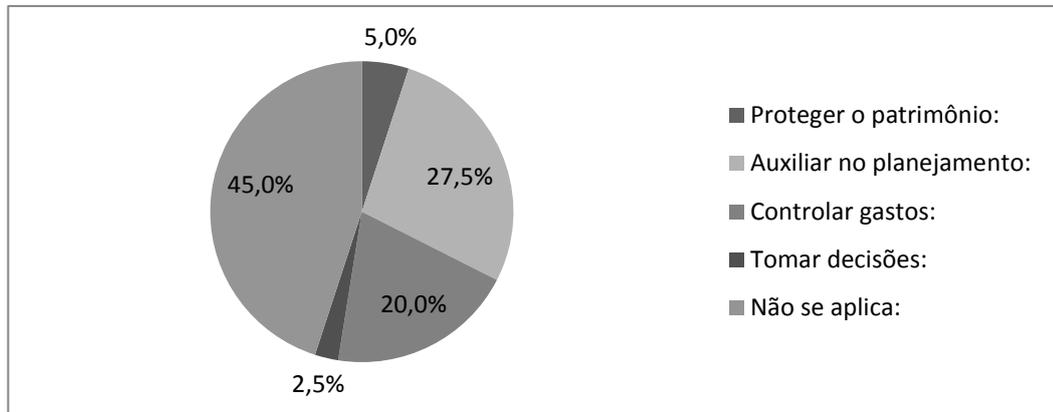


Gráfico 3 – Respostas sobre que os empresários esperam com o uso do controle interno

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

De acordo com as repostas demonstradas no Gráfico 3, verifica-se que 27,5% dos empresários disseram esperar que o controle interno auxilie no planejamento; 20% controlarem os gastos; 5% na proteção do patrimônio e, apenas 2,5% para tomar decisões. A maioria, 45%, indicou a opção não se aplica. A Contabilidade Gerencial deve apresentar informações sem as quais não há como o empresário gerir seu negócio. Eckert *et al.* (2015), observaram que a percepção da Contabilidade para os gestores entrevistados em sua pesquisa é positiva. Todavia, seja pelo fato de não conhecerem as competências da ciência ou por não considerarem que o seu escritório contábil esteja apto, muitos gestores ainda não utilizam a Contabilidade para fins gerenciais.

No Gráfico 4, são demonstrados os serviços mais solicitados pelos empresários ao Escritório de Contabilidade:

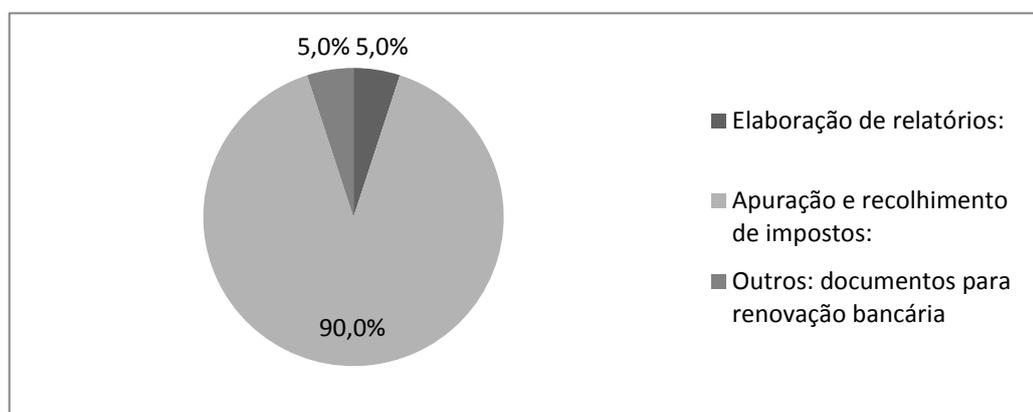


Gráfico 4 – Serviços mais solicitados ao Escritório de Contabilidade

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Os resultados do Gráfico 4 demonstram que 90% dos empresários ainda utilizam a Contabilidade para apuração e recolhimento de impostos; 5% informaram solicitar serviços para a elaboração de relatórios e 5% indicaram outros, como, por exemplo, documentos para renovação bancária. Em estudo semelhante, Miranda *et al.* (2008) constataram que um percentual significativo de seus entrevistados não manteria o serviço contábil, caso o Governo simplificasse o processo de recolhimento de impostos e dos encargos sociais, o que evidencia que os contadores desses entrevistados apenas prestam serviços contábeis relacionados com o recolhimento de impostos, não sendo percebidos, portanto, como produtores de outro tipo de informação útil à gestão dos negócios.

No Gráfico 5 é demonstrado se os empresários têm o hábito de utilizar relatórios contábeis no processo decisório:

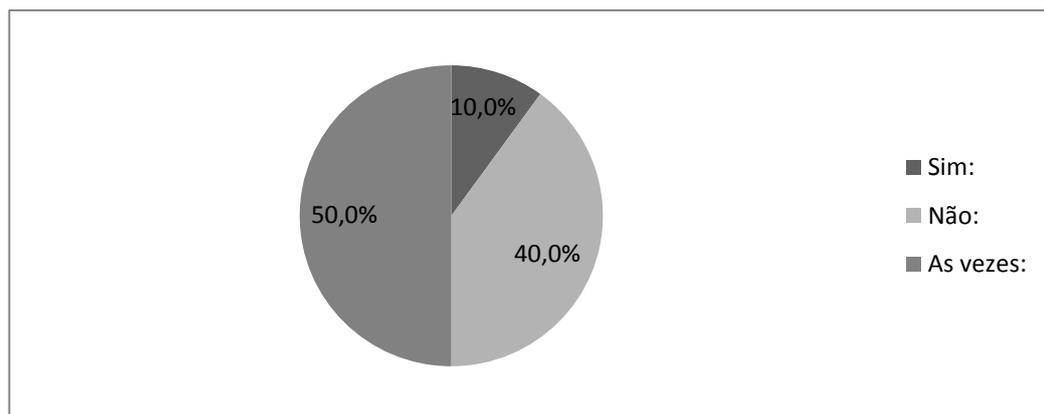


Gráfico 5 – Utilização de relatórios contábeis no processo decisório

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Os resultados do Gráfico 5 demonstram que apenas 10% dos empresários utilizam relatórios gerenciais no processo decisório; 40% informaram utilizar às vezes e 50% declararam não os utilizar. Segundo Stroehrer e Freitas (2008), a Contabilidade tradicional, que é realizada para cumprir exigências legais, bem como os relatórios por ela gerados, raramente acrescentam valor às atividades empresariais, “[...] representando quase sempre gastos obrigatórios para as organizações e mostrando-se incapaz de atender satisfatoriamente às necessidades dos usuários” (STHÖEHER; FREITAS, 2008, p. 5). Para os autores, o contador precisa construir seus relatórios de forma que possam ser úteis conforme a realidade dos usuários, enfatizando que uma das principais dificuldades dos micro e pequenos

empresários está, justamente, na compreensão dos aspectos financeiros e contábeis de seus negócios.

No Gráfico 6, tem-se a opinião dos empresários quanto ao nível de concorrência entre as MPEs:

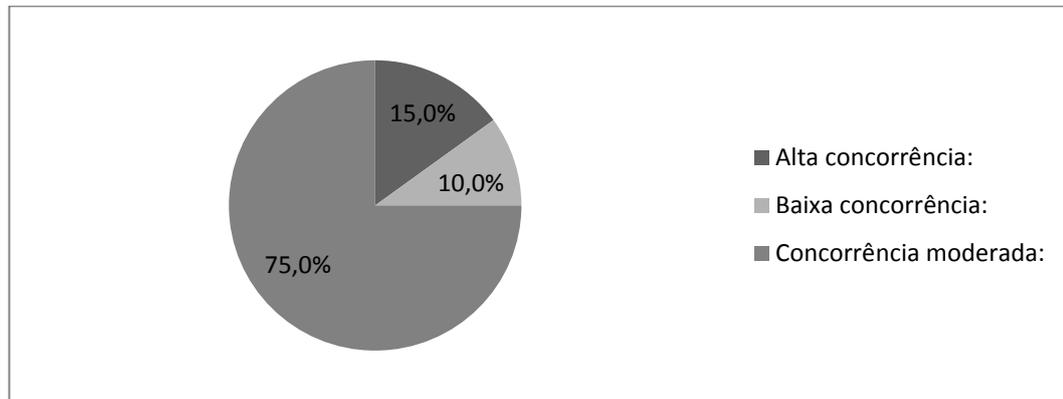


Gráfico 6 – Opinião quanto ao nível de concorrência entre as MPEs

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Os resultados do Gráfico 6 demonstram que a maioria dos respondentes acreditam haver baixa concorrência entre as MPEs (75%). Tais respostas podem ser uma das explicações para a não utilização de ferramentas de gestão nessas organizações. Para Marion (2012), a concorrência exerce uma grande pressão na condução da empresa, tendo ela que se adaptar, diminuir custos, melhorar sua capacidade de compra, entre outros aspectos. Dessa forma, precisam de informação a tempo e a hora. Não tendo esta informação, o gestor corre o risco de ser superado pelos seus concorrentes.

No Gráfico 7, são apresentadas as respostas dos empresários quanto à utilização da Contabilidade para o gerenciamento dos negócios.

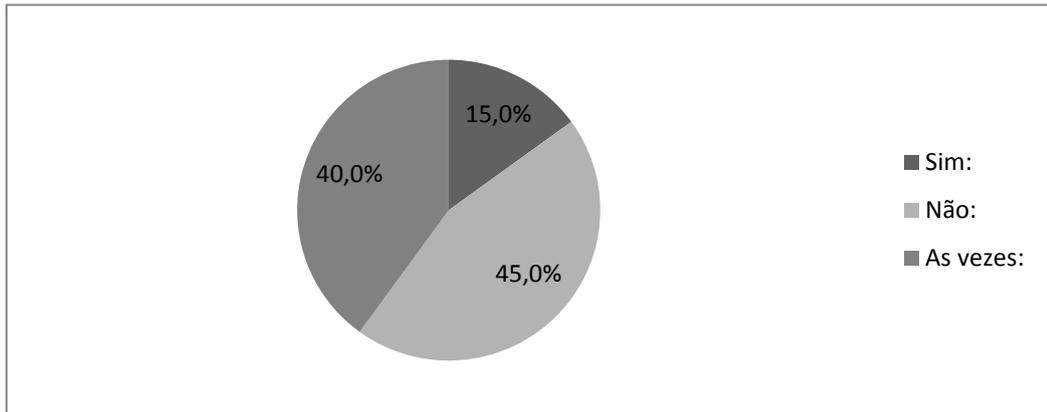


Gráfico 7 – Utilização da Contabilidade para o gerenciamento dos negócios

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Os resultados do Gráfico 7 demonstram que 45% dos empresários disseram não utilizar a Contabilidade para gerenciar os seus negócios; 15% disseram utilizar e 40% informaram que utilizam a Contabilidade às vezes. Segundo Nery e Carraro (2015), para engajar os micro e pequenos empresários na Contabilidade Gerencial, é preciso ir além da mera escrituração, pois a Contabilidade Gerencial pode conscientizar o empresário, ajudando-o a escolher oportunidades de mercado, promovendo ainda, uma visão mais ampla sobre os negócios. Dessa forma, cabe ao contador promover esclarecimento sobre a importância e a amplitude da Contabilidade, fazendo com que o empresário se conscientize dessa realidade.

No Gráfico 8 é demonstrada a frequência que os empresários utilizam os relatórios contábeis:

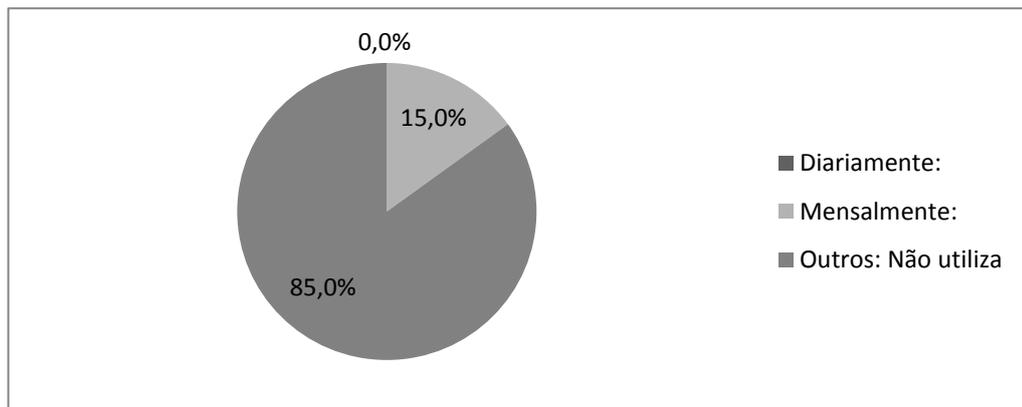


Gráfico 8 – Frequência de utilização dos relatórios contábeis

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

A partir dos resultados do Gráfico 8, verifica-se que nenhum dos entrevistados utiliza os relatórios contábeis diariamente; 15% utiliza-os mensalmente e, 85% responderam não utilizar os relatórios contábeis. As respostas a este questionamento são consequência das respostas ao exposto no Gráfico 7, pois a maioria respondeu que não utiliza ou utiliza raramente a Contabilidade para gerir seus negócios. Não usando a Contabilidade, pressupõe-se também que não usam os relatórios contábeis.

No Gráfico 9, são demonstrados os benefícios identificados pelo uso dos relatórios contábeis, na opinião dos empresários:

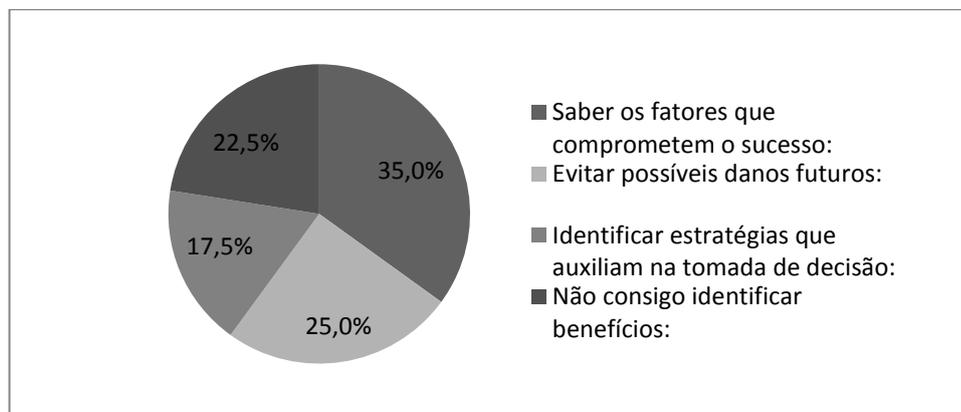


Gráfico 9 – Benefícios dos relatórios contábeis na opinião dos empresários

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Os resultados do Gráfico 9 demonstram que 35% dos entrevistados indicaram como benefícios dos relatórios contábeis, a possibilidade de saber os fatores que podem comprometer o sucesso dos negócios; 25% indicaram a opção de evitar danos futuros; 17,5% optaram pela identificação de estratégias que auxiliam na tomada de decisão; e, 22,5%, não conseguiram identificar benefícios com o uso dos relatórios contábeis. No Gráfico 10, tem-se a opinião dos empresários quanto aos fatores que corroboram o encerramento das MPEs no Brasil:

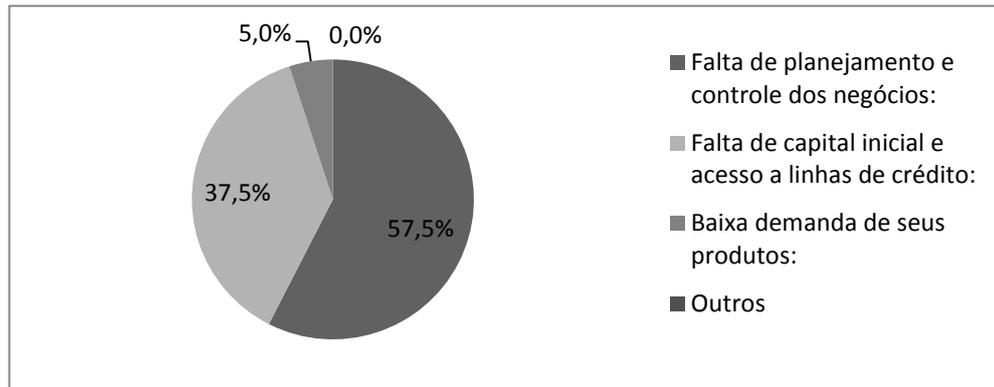


Gráfico 10 – Fatores que corroboram para o encerramento das MPEs

Fonte: elaborado pelos pesquisadores.

Os resultados do Gráfico 10 mostram que a maioria dos entrevistados (57,5%) indicaram a falta de planejamento como o principal fator de encerramento das MPEs; 37,5% consideraram a falta de capital como o principal fator e, apenas 5% acham que o fator que mais contribui para o encerramento das MPEs é a falta de demanda para os seus produtos. Segundo o SEBRAE (2013), as principais causas do encerramento das MPES estão associadas aos atributos dos donos dessas empresas, tais como falta de planejamento antes da abertura, falta de formação e experiência na gestão de um negócio, falta de comportamento empreendedor e falta de capital.

Considerações finais

O presente estudo teve como o objetivo geral analisar a percepção de micro e pequenos empresários da região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, em relação ao uso da Contabilidade para fins decisórios. Por meio dos resultados encontrados, acredita-se que o objetivo deste estudo foi alcançado. Não obstante, os resultados demonstram que apenas uma pequena parcela dos empresários utiliza a Contabilidade Gerencial no que se refere a informação contábil, apesar de perceber que há interesse por parte desses empresários em explorar estes recursos a bem de seus negócios.

Como limitação da presente pesquisa, cita-se o tamanho da amostra, acreditando que a realização de uma pesquisa com maior número de empresários de diferentes cidades poderia retratar melhor a realidade das MPEs nesta região.

Nesse sentido, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas futuras que abranjam maiores quantidades de MPEs na região do Alto Paranaíba, em Minas Gerais, uma vez que,

estes empresários, em sua grande maioria, necessitam da ação do contador para esclarecer-lhes o quanto a Contabilidade Gerencial pode auxiliá-los na gestão de seus negócios.

Como contribuições para literatura contábil essa pesquisa traz dados importantes quanto à necessidade da utilização da Contabilidade Gerencial em Micro e Pequenas Empresas e, na prática a pesquisa mostra a necessidade dos contadores apresentarem aos seus clientes micro e pequenos empresários os benefícios que a utilização destes recursos podem proporcionar aos seus negócios.

Referências

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724, de 17.03.2011**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Válida a partir de 17.04.2011. Rio de Janeiro, 2011.

BONACIM, Carlos Alberto G.; CUNHA, Júlio A. C.; CORRÊA, Hamilton Luiz. Mortalidade dos empreendimentos de micro e pequenas empresas: causas e aprendizagem. **Revista Gestão & Regionalidade**, v. 25, nº 74 mai/ago/ 2009. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/c52412991e676501c8260a2a3f6dc0d7/1?pqorigsite=gscholar&cbl=2035835>>. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte e dá outras prerrogativas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 20 de outubro de 2016.

CHING, Y. H. **Contabilidade gerencial**: novas práticas contábeis para a gestão de negócios, São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CFC- Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.255/09**. Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. 2009. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/de/binary/americas/0912cfcresolution.pdf>> Acesso em: 05 de outubro de 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Conceitual Básico**. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, 2011. Disponível em < http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>, acesso em 19 de outubro de 2016.

CUNHA, C. L. F. da; *et al.* **Tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas**: legislação para Estados e Municípios. SEMP – Secretaria Especial da Micro e Pequena empresa. 2014. Disponível em: <http://www.smpe.gov.br/assuntos/cartilha_tratamentodiferenciado_mpe.pdf> Acesso em: 12 de outubro de 2016.

ECKERT, A.; VANI, F. MECCA, M. S.; BIASIO, R. Utilizando a assessorial do escritório contábil em micro e pequenas empresas: a percepção dos gestores. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 7, n. 1, p 126-142, jan/abr. 2015. Disponível em: www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/1172/1352 Acesso em: 10 de outubro de 2016.

FABRETTI, L. C. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa**, São Paulo: Atlas, 2003.

FABRES, S. F. C.; SILVA, K. de L.; CAVALCANTE, R. G. A correlação entre a mortalidade das micro e pequenas empresas e o índice de inflação no Brasil. **ADM 2016, Congresso de Administração da América Latina**. 2016. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/2016/down.php?id=2266&q=1> Acesso em 17 de setembro de 2016.

GARCIA, V. A.; SCARAMELLI, J. M. A importância do fluxo de caixa. **Boletim CRC SP**, São Paulo. v.8, n.165, p.8-9, fev. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade gerencial**, 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MARION, J. C. **Análise de demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2012.

MARION, J. C., **Contabilidade empresarial**, 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MIRANDA, L. C.; LIBONATE, J. J.; FREIRE, D. R.; SATURNINO, O. Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários? **Contab. Vista & Rev.**, v. 19, n. 1, p. 131-151, jan./ mar. 2008. Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/350> Acesso em 22 de setembro de 2016.

NERY, G. e P. M.; CARRARO, W. B. W. H. **Percepções dos micro e pequenos empresários quanto à importância da contabilidade gerencial**. 26 f. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS. 2015.

O GLOBO. **Numero de micro e pequenas empresas mais que dobrou em sete anos, mostra novo 'empresômetro'**, 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/numero-de-micro-pequenas-empresas-mais-que-dobrou-em-sete-anos-mostra-novo-empresometro-14592574> Acessado em: 04 de junho de 2017.

OLEIRO, W. N.; DAMEDA, A. das N. VICTOR, F. G. O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG. **SINERGIA**, Rio Grande, v. 11, n. 1, p 37-47, 2007.

OLIVEIRA, A. G. de. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação ao processo de gestão das micro e pequenas empresas: uma pesquisa no**

estado do Paraná. 2004. 232f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção – UFSC) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: SC. 2004.

SÁ, A. L. de. **Controle de controle**. Disponível em: <<http://www.lopesdesa.com.br>> Acesso em: 04 de maio de 2017.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Os donos de negócios no Brasil**, análise por sexo (2001 a 2014), 2016 a. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br> Acessado em 03 de junho de 2017.

_____. **Os donos de negócios no Brasil**, análise por sexo (2001 a 2014), 2016 a. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br> Acessado em 03 de junho de 2017.

_____. **Identidade dos Municípios Mineiros**. Monte Carmelo. 2014 a. Disponível em: <<https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/diagnostico/identidade-dos-municipios-mineiros---monte-carmelo>> Acesso em: 17 de setembro de 2016.

_____. **Participação das micro e pequenas empresas na economia**, 2014 b. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br> Acessado em 03 de junho de 2017.

_____. **Sobrevivência da empresas no Brasil**. Brasília.DF: Coleção Estudos e Pesquisas: 2013.

STROEHER, A. M.; FREITAS H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **R. Adm. Eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art.7, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2016.

VAZ; P. V. C.; ESPEJO, M. M. dos S. B. Do texto ao contexto: o uso da contabilidade gerencial pelas pequenas empresas sob a perspectiva teórica de Bakhtin. **Revista de Contabilidade e Organizações**. v. 1, n. 23, p. 31-41. 2015. Disponível em: <www.rco.usp.br> Acesso em: 12 de setembro de 2016.

VICENTI, A. R. do N.; LEITE, E. B.; ALBERTI, X. R.; POLIZER, B. L. A utilização da contabilidade nas micro e pequenas empresas como fator determinante na sua gestão no município de Alta Floresta - MT. **REFAF – Revista Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2012. Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/88/html>> Acesso em 24 de setembro de 2016.

APÊNDICE A - Questionário aplicado pelos pesquisadores

PESQUISA: PERCEPÇÃO DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS QUANTO AO USO DA CONTABILIDADE PARA FINS DECISÓRIOS

Este questionário faz parte de uma pesquisa realizada no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis da Fundação Carmelitana Mário Palmério (FUCAMP), com fins exclusivamente acadêmicos.

Sua participação é imprescindível para analisar a percepção de micro e pequenos empresários da cidade de Monte Carmelo/MG em relação ao uso da Contabilidade para fins decisórios.

Desde já, agradecemos a sua disponibilidade em colaborar para com a nossa pesquisa e possibilitar acréscimos a essa linha de pesquisa. Cabe lembrar que está garantido sigilo absoluto no tratamento das informações remetidas. O tempo previsto para responder este questionário é de aproximadamente 15 (quinze) minutos. Obrigado pela contribuição!

Nome da responsável pela aplicação do questionário: **Meir Carmi Souza de Oliveira**

Caracterização do respondente:

1 – Gênero

- Masculino.
- Feminino.

2 – Idade

- 18 a 25 anos.
- 26 a 30 anos.
- 31 a 40 anos.
- Acima de 40 anos.

3 – Tipo de empresa

- Microempresa.
- Micro Empreendedor individual.
- Empresa de Pequeno Porte.
- Outros. Qual? _____

4 – Tipo de atividade

- Comércio.
- Indústria.

- Prestação de serviços.
- Comércio e prestação de serviços.
- Indústria e comércio.

5 – Tempo de abertura da empresa

- 1 a 10 anos.
- 11 a 20 anos.
- 21 a 30 anos.

Acima de 30 anos.

6 – Faturamento anual da empresa

- Até R\$ 60.000,00.
 R\$ 61.000,00 a R\$ 180.000,00.
 R\$ 180.000,01 a R\$ 360.000,00.
 Acima de R\$ 360.000,00.

7 – Retirada de pró-labore

- Até 1 salário mínimo.
 1 a 3 salários mínimos.
 3 até 5 salários mínimos.

Responda as questões a seguir, expressando sua opinião sobre o uso da Contabilidade no contexto das MPEs:

1 – Você utiliza algum tipo de controle interno para gerenciar a sua empresa?

Sim. Qual(ais)?

Não.

Às vezes. Qual(ais)?

2 – O que você espera com o uso de controles internos na sua empresa?

- Proteger o patrimônio.
 Auxiliar no planejamento.
 Controlar gastos.
 Tomar decisões.
 Não se aplica.

3 – Quais os serviços contábeis você costuma solicitar para a sua empresa?

- Elaboração de relatórios contábeis.
 Apuração e recolhimento de impostos.
 Outros. Qual(ais)?
-

4 – Você usa os relatórios contábeis para tomar decisões em seus negócios?

- Sim.
 Não.
 Às vezes.

5 – Em qual nível de concorrência a sua atividade empresarial está inserida?

- Alta concorrência.
 Baixa concorrência.
 Concorrência moderada.

6 – Por causa da competitividade do mercado, sua empresa faz uso da Contabilidade para gerenciar os negócios?

- Sim.
 Não.
 Às vezes.

7 – Caso sua resposta na questão 6 tenha sido “Sim”, com qual frequência você utiliza os relatórios contábeis para esta finalidade?

- Diariamente.
- Mensalmente.
- Outros. Qual(ais)?

8 – Diante de fatores negativos que causam o insucesso das empresas, qual(ais) benefício(s) é(são) possível(eis) identificar através dos relatórios contábeis para tomada de decisão?

- Saber os fatores que comprometem o sucesso.
- Evitar possíveis danos futuros.
- Identificar estratégias que auxiliam na tomada de decisão.
- Não consigo identificar benefícios.

9 – No Brasil, as MPEs costumam encerrar suas atividades antes de completarem cinco anos de atividade. Nesse sentido, quais os fatores corroboram esse fato para você?

- Falta de planejamento e controle dos negócios.
- Falta de capital inicial e acesso a linhas de crédito.
- Baixa demanda de seus produtos.
- Outros. Qual(ais)?